

ENFERMAGEM E INCLUSÃO: A RELEVÂNCIA DA LIBRAS NO ATENDIMENTO A PACIENTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

AUTORES

Gabrielle Yumi Tabata Osawa
Angela Maria Tabata Osawa

EIXO TEMÁTICO

Sustentabilidade e Ética em Saúde

INSTITUIÇÃO

Universidade de São Paulo – EEUSP, Departamento de Enfermagem, SP – Brasil

Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim (CEJAM), UBS Jardim Comercial, SP – Brasil

INTRODUÇÃO

A atenção primária é o ponto inicial de contato de indivíduos, famílias e comunidades com o sistema de saúde. É crucial que os profissionais de enfermagem nessa área estejam preparados para atender a todas as necessidades da população, incluindo as de pacientes com deficiência auditiva. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 1,5 bilhão de pessoas no mundo têm algum grau de perda auditiva. No Brasil, em 2021, cerca de 5% da população tinha perda auditiva de leve à profunda, sendo 2,3 milhões de casos de perda profunda. Parte desse grupo utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar, destacando a importância de cada país possuir sua própria língua de sinais. Apesar das garantias legais, como a Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), pessoas com deficiência auditiva ainda enfrentam muitos desafios, como barreiras na comunicação e dificuldades no acesso a serviços de saúde adequados. A capacitação em Libras para profissionais de saúde é essencial para proporcionar um atendimento acessível e de qualidade. Iniciativas como a "Cartilha de Libras em Medicina e Saúde" e o aplicativo "CIL - Central de Intermediação de Libras" são ferramentas importantes para melhorar a comunicação e promover a inclusão no atendimento médico.

OBJETIVO

Analisar as experiências e desafios da implementação da capacitação em Libras para profissionais de saúde na atenção primária, visando aprimorar o atendimento de pacientes com deficiência auditiva e promover a inclusão e a equidade no sistema de saúde.

MÉTODO

A metodologia utilizada neste estudo é uma revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações brasileiras e relatos de experiências práticas que abordam a importância da comunicação em saúde, a legislação de acessibilidade e a formação em Libras para profissionais de saúde. Foram selecionados materiais relevantes disponíveis nas bases de dados Scielo, e BIREME.

RESULTADOS

A revisão da literatura evidenciou que a deficiência auditiva pode dificultar a comunicação entre pacientes e profissionais de saúde, comprometendo a coleta de informações essenciais para o diagnóstico e tratamento. Profissionais de enfermagem capacitados em Libras conseguem obter uma anamnese mais completa e detalhada, facilitando a identificação precoce de problemas de saúde e a elaboração de planos de cuidado mais eficazes. O uso de Libras demonstra empatia e respeito pelos pacientes, promovendo um atendimento mais humanizado. Pacientes que se comunicam em Libras sentem-se mais compreendidos e menos ansiosos, o que contribui para um melhor relacionamento com os profissionais de saúde e maior adesão aos tratamentos propostos. A acessibilidade comunicacional é um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que assegura o acesso igualitário aos serviços de saúde para todas as pessoas, independentemente de suas limitações auditivas.

Profissionais capacitados em Libras ajudam a cumprir esses direitos, garantindo que pacientes com deficiência auditiva recebam o mesmo nível de cuidado que os demais pacientes. A inclusão de Libras no currículo de formação em enfermagem é essencial para preparar futuros profissionais para atender pacientes com deficiência auditiva. Instituições de saúde que oferecem treinamentos contínuos em Libras observam melhorias na satisfação dos pacientes e na eficiência do atendimento. A implementação de programas de formação em Libras na atenção primária é um passo fundamental para garantir um cuidado mais humanizado e acessível.

CONCLUSÃO

O conhecimento em Libras é uma competência crucial para os profissionais de enfermagem na atenção primária ao atender pacientes com deficiência auditiva. Além de melhorar a comunicação e a qualidade do atendimento, promove a inclusão e a equidade no sistema de saúde. O conhecimento de ferramentas como aplicativos também são formas de otimizar e ajudar na comunicação e no atendimento dos pacientes. A implementação de programas de formação em Libras é essencial para garantir um cuidado mais humanizado e acessível.

Referências

- BRASIL. Pesquisa nacional de saúde : 2019 : ciclos de vida , Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 139p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.
- Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: [data de acesso].
- ROCHA, Luiz Renato Martins da; OLIVEIRA, Jaima Pinheiro de; Análise textual pomenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Práxis Educativa, v. 17, p. 1-16, 2022. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19961.048>
- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEEL, Walkiria Duarte. Cartilha de Libras em Medicina e Saúde. 2.ed. [Brasília, DF: s.n], 2022.
- CIL – Central de Intermediação de Libras. São Paulo – Cidade de São Paulo, pessoa com deficiência, 2024. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/central_de_libras/index.php?p=203752 acesso em: 09/07/2024